

**MONITORAMENTO
POLÍTICO**

**INFORMATIVO
SOBRE O SISTEMA
FINANCEIRO E
BANCÁRIO NACIONAL**

Entrada

**10 A 16 DE MAIO
DE 2021**



SUMÁRIO

03

PONTOS
DE CONJUNTURA

09

FATOS IMPORTANTES

13

FIQUE DE OLHO

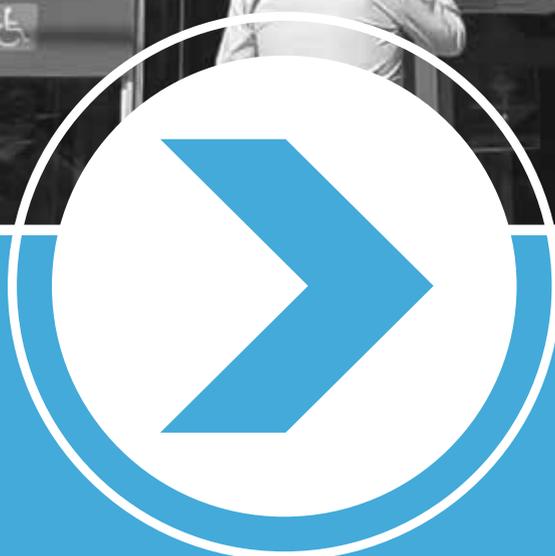
16

MONITORAMENTO

19

ANÁLISE

PONTOS DE CONJUNTURA



ELEMENTOS DA CONJUNTURA NACIONAL

A pandemia e seus efeitos na economia nacional



A pandemia da Covid-19 segue apresentando crescimento de mortes no Brasil. Ultrapassamos a marca de 420 mil mortes e 15,1 milhões de pessoas contaminadas. O mês de maio inicia-se com números um pouco menores que os apresentados em março e abril, mas ainda bem altos. Continuamos com lentidão na velocidade de vacinação e afrouxamento das regras de circulação sem os devidos cuidados, há sério risco de entrarmos em uma terceira onda de contaminação e mortes.

Em relação à economia, o IBGE divulgou dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) para o mês de março de 2021. A pesquisa mostra uma queda de 0,6% no volume de vendas do comércio varejista, frente ao mês anterior. Aqui fica claro os efeitos da falta de continuidade dos programas de apoio social, como os recursos do Auxílio Emergencial, não pagos de janeiro a abril deste ano.

Outro resultado importante, também divulgado pelo IBGE foi a da Pesquisa Industrial Mensal (PIM). A produção industrial caiu 2,4% em março em comparação a fevereiro e resultado de taxas negativas entre as atividades industriais, puxado principalmente pela queda de 8,4% na produção de veículos automotores, reboques e carrocerias. Com os resultados desse mês, o setor industrial encontra-se 16,5% abaixo do patamar recorde registrado em maio de 2011. A indústria acumula nos últimos 12 meses, queda de 3,1%.

Saiba mais: [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#).

Grandes empresas deixam o Brasil

A lista de empresas que estão desistindo de atuar no Brasil é grande e traz uma piora no cenário futuro para o país. Em apenas 1 ano, grandes empresas fecharam as portas no Brasil e foram para outros países, tais como: Ford (montadora de carros americana), Mercedes-Benz, ficou apenas com caminhões e ônibus (montado de carros alemã), Audi, deixou de produzir carros tipo A3 (montadoras de carro alemã), Cabify (transporte por aplicativo espanhola), LafargeHolcim (fabricante de cimento franco-suíça), LG (fabricante de celulares sul-coreana), Sony (fabricante de eletrônicos nipônica), Roche (farmacêutica suíça), Forever 21 (varejista americana), Eli Lilly (laboratório farmacêutico

ELEMENTOS DA CONJUNTURA NACIONAL

americano), L'Occitane (varejista francesa), Walmart (varejista americana), Wendy's (hamburgueria americana) e Glovo (empresa de entregas espanhola). Outra informação importante está na entrada líquida de investimentos estrangeiros no país, que em 2020 apresentou queda de 51%.

Pode até ser por conta de decisões estratégicas e circunstanciais de cada empresa, mas em todos os comunicados há um reclame que as condições econômicas do país estão péssimas, além de um ambiente de falta de credibilidade com modelo adotado pela equipe econômica.

Saiba mais: [aqui](#).

Inflação

Os preços da indústria subiram 4,78% em março frente a fevereiro, a segunda maior alta da série histórica do Índice de Preços ao Produtor (IPP), iniciada em 2014. Com o resultado, o índice, divulgado pelo IBGE, acumula recordes de 14,09%, no trimestre, e de 33,52%, nos últimos 12 meses. Esse é o vigésimo aumento consecutivo, na comparação mês a mês do indicador, desde agosto de 2019. O índice mede a variação dos preços de produtos na "porta da fábrica", sem impostos e frete, de 24 atividades das indústrias extrativas e da transformação. Dessas, 23 apresentaram variações positivas, repetindo o desempenho apresentado nos meses de fevereiro e janeiro. O resultado reflete, principalmente, a elevação dos preços nas atividades de refino de petróleo e produtos de álcool (16,77%), outros produtos químicos (8,79%), madeira (7,73%) e papel e celulose (7,18%). Já as maiores influências vieram de refino de petróleo e produtos de álcool (1,53%), outros produtos químicos (0,74%), alimentos (0,58%) e metalurgia (0,41%).

Saiba mais: [aqui](#).

DESTAQUES

- Na semana passada, o relator, Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), apresentou seu texto, após larga pressão feita por Arthur Lira (PP/AL), e prometeu uma reforma em duas etapas, nos moldes da PEC 45/2019 proposta ainda na presidência de seu antecessor, Rodrigo Maia. Após este ato, Lira extinguiu a Comissão da Reforma, o que vem gerando muita confusão entre os parlamentares. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM/MG), avaliou que é "razoável e inteligente que a comissão mista conclua trabalhos".
- Em seu parecer, o deputado Aguinaldo Ribeiro, relator da Comissão Mista da reforma tributária, propõe a extinção do PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS e a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Se aprovado, o IBS será composto pelo somatório das alíquotas da União, dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios, e vai incidir sobre qualquer operação com bem, material ou imaterial, ou serviço, inclusive direitos a eles relacionados, nos termos definidos em lei complementar. A legislação do IBS será única e nacional, instituída por lei complementar, e irá impor idênticas restrições legislativas a toda Federação. O IBS sobre cada operação será calculado pelo somatório de três alíquotas: da União, dos Estados ou Distrito Federal e dos Municípios.
- O número de famílias endividadas no Brasil bateu o recorde histórico em abril deste ano. De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) ([link](#)), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a parcela de brasileiros com dívidas chegou a 67,5% no mês. O percentual representa alta de 0,2 ponto percentual em relação a março de 2021 e de 0,9 ponto percentual em relação a abril de 2020. Pelo 8º mês consecutivo, o percentual entre as famílias que têm dívidas em atraso caiu, alcançando 24,2% em abril, 1,1 ponto percentual abaixo do apurado no mesmo período de 2020.
- Depois de aumentar os juros pela primeira vez em seis anos na última reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) anunciou, semana passada, nova alta de 0,75% na taxa básica de juros. Assim, a Selic passa de 2,75% ao ano para 3,5%. Ao aumentar a Selic, o Banco Central dá continuidade ao processo de retirada de estímulos da economia. Em 2020, os juros atingiram a mínima histórica de 2% ao ano. A queda nos últimos anos teve como objetivo estimular a atividade econômica. O movimento foi mantido no ano passado para minimizar os danos causados pela pandemia da Covid-19 na economia. Mas o contínuo avanço das projeções para a inflação de 2021 e de 2022 é hoje um dos principais fatores de preocupação da autoridade monetária.

PRIVATIZAÇÕES

Avança a privatização dos Correios



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), centralizou os debates sobre o projeto de lei de quebra do monopólio dos Correios nos serviços postais, que abre espaço para a privatização da estatal, e decidiu retirar a proposta das comissões permanentes, onde o modelo sugerido pelo governo Bolsonaro enfrentava resistência. O projeto foi enviado pelo governo em fevereiro. Lira quer votar o texto “entre julho e agosto” e, há duas semanas, a Câmara aprovou requerimento para que a proposta possa ser analisada direto no plenário. O pedido de urgência, porém, também faz com que os projetos tramitem em várias comissões ao mesmo tempo - o rito normal é debatê-los em um colegiado por vez.

Saiba mais: [aqui](#).

Governo precifica a Eletrobras

O governo Bolsonaro está contando com a concretização da privatização da Eletrobras e prevê que este processo vá gerar R\$ 100 bilhões. A estimativa inclui o valor da outorga, a fatia da União na companhia e a venda de ações no mercado secundário. A privatização ainda precisa ser aprovada por maioria simples nas duas Casas do Congresso Nacional e o prazo de aprovação da MP expira em 25 de junho.

Saiba mais: [aqui](#).



ELEMENTOS DA CONJUNTURA INTERNACIONAL

Pandemia e capacidade de recuperação econômica

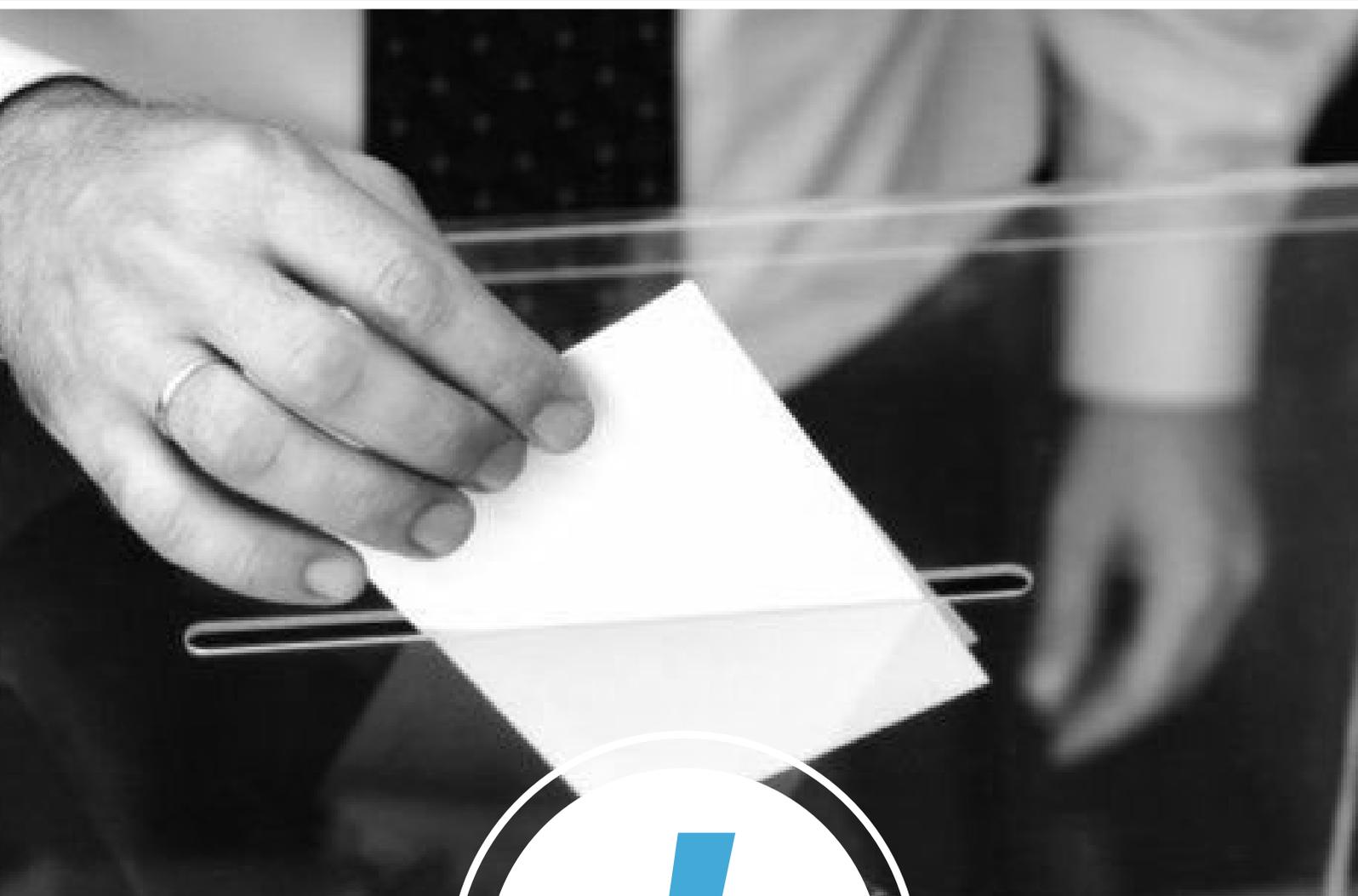
A pandemia segue com força na Índia e, com isso, seguem as incertezas quanto a redução do contágio e o retorno das atividades econômicas. Com mais de 400 mil casos confirmados e 4 mil mortes por dia, a Índia vira o epicentro da pandemia no mundo e traz a necessidade de mais um lockdown. O primeiro ministro da Índia, Narendra Modi é mais um dos governos negacionistas, apoiador de Trump e alinhado as ideias do governo Bolsonaro. Este elemento é importante para entender porque a pandemia também está devastando o país, assim como está fazendo com o Brasil.

Enquanto isso, o governo americano aponta para ainda mais estímulos econômicos ao país. Além dos US\$7 trilhões já anunciados, após resultado de criação de 266 mil novas vagas de emprego em abril deste ano, a percepção é que poderiam criar mais vagas e aumentar este número. Por um lado, mostra que será preciso muita intervenção do estado para reverter a situação daquele país, por outro, mostra que não há risco de superaquecimento da economia, como alertavam os agentes financeiros do mercado, dizendo que poderia gerar inflação e que os recursos entregues aos desempregados gerariam dificuldades para contratações.

Estes dois países, Índia e EUA, mostram que escolhas equivocadas em relação ao tratamento da pandemia podem custar muito caro a população. Um nega a existência da pandemia e expõe sua população a doença e mortes, outro, percebe a importância do estado atuar, vacinando a população, criando empregos e distribuindo recursos para garantir a vida.

Saiba mais: [aqui](#) e [aqui](#).

FATOS IMPORTANTES



FATOS IMPORTANTES

Banco do Brasil troca mais dois vice-presidentes e divide uma vice em duas

O novo presidente do Banco do Brasil, Fausto Ribeiro, anunciou, na segunda-feira (10/05), mais três novos vice-presidentes. No total, foram substituídos sete executivos. Além disso, a vice-presidência de Agronegócios e Governo foi dividida em duas. Dentro da instituição, acredita-se que a nova configuração das vice-presidentes está concluída.

Em comunicado ao mercado, o Banco do Brasil informa que a divisão da vice-presidência de Agronegócios e de Governo “visa aumentar o foco estratégico para a área de agronegócios”, um dos pilares de sua atuação.

Com isso, Antônio José Barreto de Araújo Júnior foi indicado para a vice-presidência de Governo, Renato Luiz Bellinetti Naegele, como vice-presidente de Agronegócios, e Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima, como vice-presidente de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia.

Banco do Brasil tem lucro de R\$ 4,9 bilhões no 1º trimestre de 2021

O Banco do Brasil teve lucro líquido recorrente de R\$ 4,9 bilhões de janeiro a março de 2021, alta de 33% em relação ao trimestre anterior e de 44,7% na comparação com os primeiros 3 meses de 2020

De acordo com o banco, o resultado no trimestre foi influenciado pela redução da PCLD (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) ampliada, pelo desempenho positivo da MFB (margem financeira bruta) e pela redução em despesas administrativas.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa ampliada, composta pela despesa de PCLD líquida da recuperação de crédito, descontos concedidos e imparidade, tiveram queda de 50,8% na comparação com o trimestre anterior, totalizando R\$ 2,536 bilhões. Na comparação anual, a redução foi de 54,2%.

A margem financeira bruta totalizou R\$ 14,564 bilhões no 1º trimestre. O valor representa um crescimento de 2,8% no trimestre e de 4,0% na comparação anual. As despesas administrativas totalizaram R\$ 7,7 bilhões, queda de 4,8% em relação ao trimestre anterior.

FATOS IMPORTANTES

A carteira de crédito ampliada totalizou R\$ 758,3 bilhões em março de 2021, crescimento de 2,2% na comparação com dezembro de 2020 e de 4,5% em 12 meses. A carteira de pessoa física atingiu R\$ 234 bilhões, alta de 7,1% em 12 meses. Já a de pessoas jurídicas, somou R\$ 287,1 bilhões, crescimento de 5,2% na comparação anual.

O índice de inadimplência foi de 1,95% em março de 2021, leve alta em comparação com o percentual de 1,90% no trimestre anterior. No 1º trimestre de 2020 estava em 3,17%.

[Veja balanço](#)

Bradesco tem lucro líquido de R\$ 6,515 bilhões no 1º trimestre, alta de 74%

O Bradesco anunciou nesta terça-feira (4) ter registrado lucro líquido contábil de R\$ 6,515 bilhões no 1º trimestre de 2021, uma alta de 73,6 % em relação ao mesmo período do ano passado (R\$ 3,382 bilhões).

O lucro contábil, por sua vez, foi de R\$ 6,153 bilhões, avanço de 81,9 % ante o 1º trimestre do ano passado. O retorno sobre o patrimônio líquido, um indicador da lucratividade dos bancos, subiu para 18,7% no 1º trimestre, 7 pontos percentuais acima do observado nos primeiros três meses de 2020.

A carteira de crédito expandida do Bradesco alcançou R\$ 705,2 bilhões em março, com alta de 7,6% na comparação anual e um acréscimo de 2,6% em relação ao final de 2020. O índice de inadimplência acima de 90 dias, por sua vez, subiu ficou em 2,5% em março, ante 2,2% em dezembro.

FATOS IMPORTANTES

Bolsonaro veta projeto que adiava prazo de entrega da Declaração do IR

Bolsonaro vetou integralmente o projeto de lei 639/2021, aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 13 de abril, que estendia o prazo para entrega da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de 2021 de 31 de maio para 31 de julho.

Em nota, o Ministério da Economia justifica o pedido de veto afirmando que o adiamento do prazo para o fim de julho "teria impacto na arrecadação da União, estados e municípios e poderia impedir pagamento de importantes programas sociais para o enfrentamento do efeito da pandemia".

Segundo o ministério, a prorrogação do prazo para pagamento do imposto de renda apurado por três meses e a manutenção do cronograma original de restituição teriam como "consequência um fluxo de caixa negativo, ou seja, a arrecadação seria menor que as restituições".

Ao justificar o pedido de veto, a pasta explicou ainda que a diferença negativa entre o gasto antecipado com o pagamento de restituições e o adiamento da arrecadação do Imposto de Renda afetaria, por exemplo, programas emergenciais implantados pelo governo federal para preservar atividades empresariais e manter o emprego e a renda dos trabalhadores, e a programação de pagamento do auxílio emergencial de 2021.

Segundo o governo, apesar de "meritória", a prorrogação do prazo contrariava o interesse público porque seria o terceiro adiamento consecutivo da entrega da declaração este ano. Uma nova postergação, de acordo com a equipe econômica, poderia afetar o fluxo de caixa do governo, prejudicando a arrecadação da União, dos estados e dos municípios, já que impactaria no repasse dos recursos destinados ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

FIQUE DE OLHO



FIQUE DE OLHO

STF adia julgamento sobre correção do FGTS

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, retirou da pauta da última quinta-feira (13/05) a ação que discute a correção do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Uma nova data ainda não foi marcada.

A Ação Direta de Constitucionalidade foi apresentada em 2014 pelo partido Solidariedade e alega que os indexadores usados para corrigir anualmente o saldo das contas do FGTS são inconstitucionais, já que, quase sempre, ficam abaixo da inflação e, portanto, reduzem o poder de compra do dinheiro depositado ao longo do tempo.

O julgamento da ação atinge todos os trabalhadores que têm ou já tiveram algum saldo no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) desde janeiro de 1999.

Câmara aprova PL que torna o Pronampe permanente; texto vai ao Senado

Os deputados aprovaram ontem à noite o PL 4139/2020 que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), como uma medida permanente. A proposta é do senador Confúcio Moura (MDB/RO) e destina ao Pronampe os recursos alocados pelo Tesouro Nacional a programas emergenciais de crédito no estado de calamidade pública, mas não usados até 31 de dezembro de 2020.

O texto aprovado pela Câmara foi o substitutivo da relatora, a deputada Joice Hasselmann (PSL-SP). Segundo a proposta, a taxa de juros sobre as operações de crédito realizadas no âmbito do programa até 31 de dezembro do ano será o valor da Selic acrescido de 1,25% sobre o valor concedido. Já para o crédito disponibilizado a partir de 1º de janeiro deste ano, a taxa cobrada será a Selic acrescida de até 6% sobre o valor.

Como a Câmara alterou a versão enviada pelo Senado, o projeto agora será novamente apreciado pelos senadores.

[Veja o parecer](#)

FIQUE DE OLHO



Projeto obriga realização de testes semanais para trabalhadores da saúde durante pandemia

Um projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados torna obrigatória, durante a pandemia de Covid-19, a realização semanal de testes de diagnóstico para profissionais dos serviços de saúde e dos trabalhadores em serviços considerados essenciais.

Pelo texto, os custos serão arcados pelo poder público ou pelos empregadores. Ambos deverão, ainda, assegurar os equipamentos de proteção individual e os períodos de descanso adequado aos trabalhadores. Caso contrário, determina o projeto, os responsáveis poderão ser enquadrados no crime de infração de medida sanitária preventiva previsto no Código Penal. Isso quando não constituir fato típico mais grave.

A proposta insere os dispositivos na Lei 13.979/20, que definiu medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional em razão da Covid-19.

[Veja o PL](#)

MONITORAMENTO



MONITORAMENTO

Audiência discute impacto da privatização da Caixa na prestação de serviços

A Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados discute nesta quinta-feira (13/05) a política de privatização da Caixa Econômica e seus impactos na prestação de serviços. A audiência foi proposta pelo deputado Alexandre Padilha (PT/SP) e vai debater a situação dos aprovados no concurso de 2014 da Caixa e que ainda não foram convocados.

Foram convidados para discutir o assunto, entre outros:

- um representante da Caixa Econômica Federal;
- um representante do Tribunal de Contas da União (TCU);
- a representante do Sindicato de Bancários de São Paulo Ivone Maria da Silva; e
- a presidente da Comissão Independente dos Aprovados na CEF 2014 Isabela Santana.

Decreto estabelece a forma que se dará o abono anual devido aos segurados e aos dependentes do RGPS no ano de 2021

[Decreto nº 10.695, de 4 de maio de 2021](#)

Decreto do Poder Executivo Federal dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e aos dependentes da Previdência Social no ano de 2021. A normativa estabelece como será feito o pagamento do abono anual, de que trata o art. 40 da Lei nº 8.213/1991, devido aos segurados e aos dependentes da Previdência Social que, durante o ano de 2021, tenham recebido auxílio por incapacidade temporária, auxílio-acidente, aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão será efetuado, excepcionalmente, em duas parcelas da seguinte forma.

De acordo com o ato, a 1ª parcela corresponderá a 50% sobre o valor do benefício devido no mês de maio de 2021 e será paga juntamente com os benefícios dessa competência; e, a 2ª parcela corresponderá à diferença entre o valor total do abono anual e o valor da parcela antecipada e será paga juntamente com os benefícios da competência do mês de junho de 2021.

Na hipótese de cessação programada do benefício antes de 31 de dezembro de 2021, será pago o valor proporcional do abono anual ao beneficiário.

MONITORAMENTO

Governo adianta 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS

Decreto nº 10.695, de 4 de maio de 2021

Foi publicada Decreto que antecipa o pagamento do abono anual devido aos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). De acordo com o governo, a medida permite injetar na economia cerca de R\$ 52,7 bilhões. A medida não tem impacto orçamentário, já que haverá somente a antecipação do pagamento do benefício, sem acréscimo na despesa prevista para o ano.

O pagamento ocorrerá em duas parcelas. A primeira, correspondente a 50% do benefício devido no mês de maio de 2021, será paga juntamente com os benefícios dessa competência – de 25 de maio a 8 de junho. A segunda parcela será paga junto com os benefícios da competência do mês de junho de 2021 – de 24 de junho a 7 de julho. Em geral, o pagamento ocorre nas competências agosto e novembro.

Aposentados e pensionistas, em maioria, receberão 50% do valor do benefício. A exceção é para quem passou a receber o benefício depois de janeiro. Neste caso, o valor será calculado proporcionalmente.

Os segurados que recebem benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) também têm direito a uma parcela menor do que os 50%. Nesse caso, a antecipação é calculada de acordo com o tempo de duração do benefício.

Por lei, não têm direito ao 13º salário os segurados que recebem benefícios assistenciais. Por isso, o número de benefícios com o 13º salário é menor do que o número total de benefícios pagos pelo INSS.

Calendário

Quem ganha até um salário-mínimo terá o pagamento liberado no período de 25 de maio a 8 de junho, de acordo com o último número do benefício, desconsiderando o dígito. Já os segurados com benefícios de valores acima do mínimo, receberão de 1º a 8 de junho. A segunda parcela do abono anual será liberada junto com a folha de junho – paga de 24 de junho a 7 de julho.

ANÁLISE



Hora de ficar de olho nas “bombas” que o governo Bolsonaro colocará no bolso dos trabalhadores

Não bastasse a pandemia e o imenso número de mortes no país, as altas taxas de desemprego, a falta de auxílio emergencial para proteção da vida e sustento da população, os trabalhadores brasileiros ainda precisam acompanhar o que este governo vem pautando no Congresso Nacional. Seu ministro da Economia, Paulo Guedes, tem prometido fazer um esforço para “zerar a pauta” de projetos no Congresso Nacional, ou seja, votar tudo o que for possível no primeiro semestre deste ano. Em 2020, o percentual de aprovação de projetos governamentais no Congresso foi um dos mais baixos dos últimos anos. O plano de reformas do governo acarreta consequências perversas para os(as) trabalhadores(as), como liquidação de direitos ou destruição de estruturas públicas que funcionam para servir a população.

Segundo o governo, a aprovação da pauta de reformas possibilitará a retomada do crescimento, argumento repetido ano após ano, a cada reforma realizada, desde 2016 (Teto de Gastos, ampliação da terceirização, reforma trabalhista e reforma da Previdência). Na prática, o que se vê, de fato, é a maior série histórica de estagnação/recessão já registrada no Brasil.

A pauta econômica do governo Bolsonaro, em essência, caracteriza-se como opção de política neoliberal. A situação política e econômica internacional dificulta um acordo amplo com a população, como o que foi feito em alguns países no segundo pós-guerra e que levou à construção de um Estado de bem-estar social em várias regiões do mundo.

Com a chegada dos novos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a pauta prioritária do governo entregue a eles incluem: Privatização da Eletrobras; Reforma Administrativa e Reforma Tributária; Lei do Gás (já aprovada); Autonomia do Banco Central (já aprovada); Regulação do registro, posse e comercialização de armas de fogo; Educação domiciliar de crianças, mais conhecida como homeschooling e mineração em terras indígenas.

Temas como previdência social, sistema de saúde pública, educação pública estão na mira do governo para serem destruídos. E é bom lembrar que essa pauta de destruição de direitos unifica a extrema direita e a direita liberal tradicional.

É bom o trabalhador e trabalhadora ficarem de olho!

CONTATO



VEREDAS

Efraim Neto

 (61) 99311 5408
contato@veredasiae.com.br

MTB 0011483/DF



Marina Junqueira

 (11) 3376 0114
marina.freitas@crivelli.com.br



Mariana Velloso

 (21) 2292-4469
(22) 2762-5080
mariana.velloso@nrodrigues.adv.br